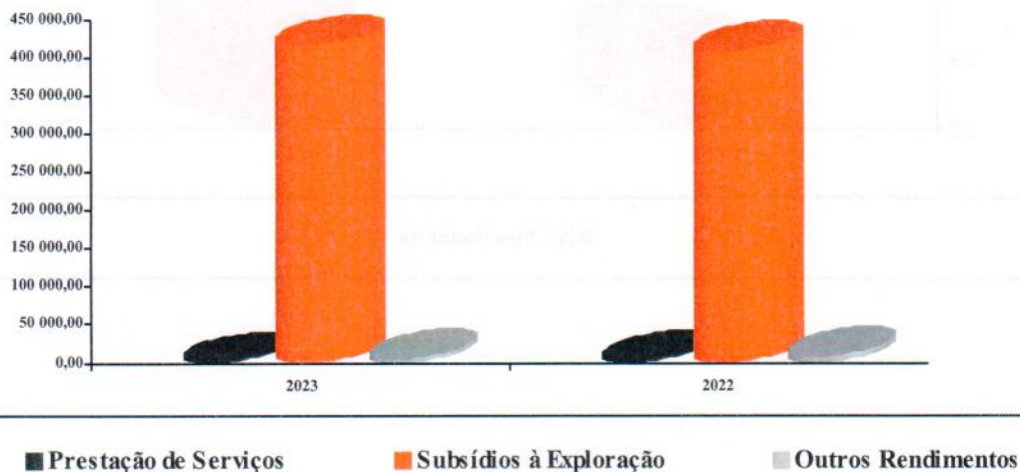


CONTAS DE GERÊNCIA 2023

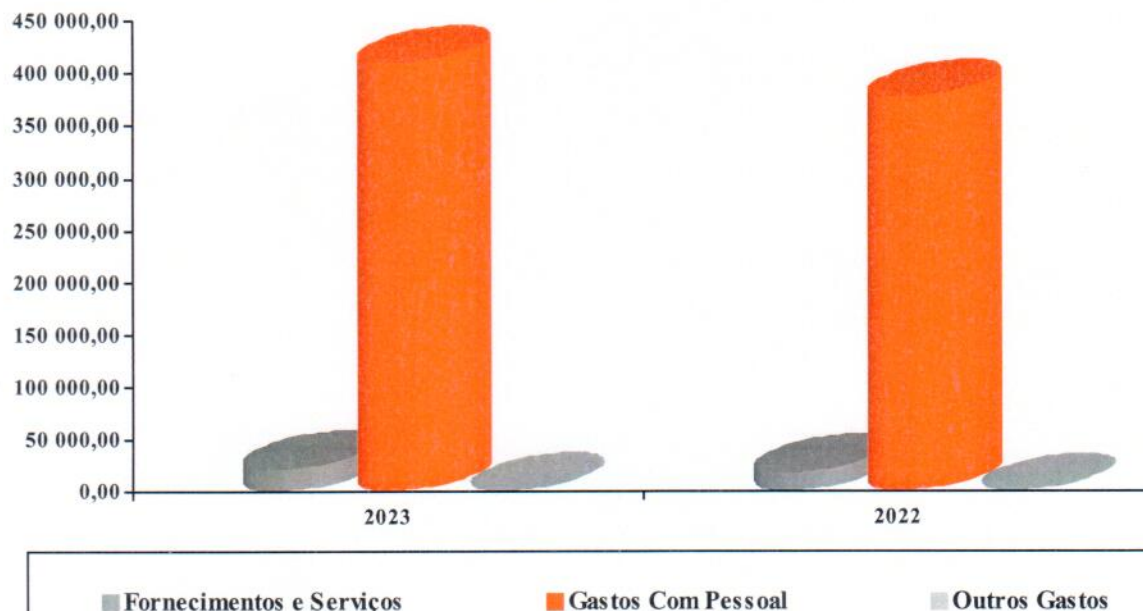
[Handwritten signatures and initials]

GRÁFICOS COMPARATIVOS

RENDIMENTOS

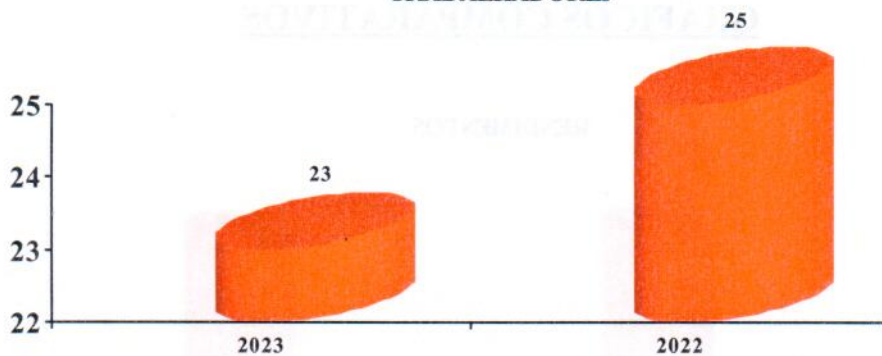


GASTOS



Handwritten signatures and initials in blue ink.

TRABALHADORES



■ N.º Funcionários

Moeda: EUR

Balanco individual em 31-12-2023

RUBRICAS	NOTAS	Data	
		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5		136,60
Investimentos financeiros	7.1	6 231,90	5 468,61
		6 231,90	5 605,21
Ativo corrente			
Outros ativos correntes	13.1; 13.3; 13.4	382 854,69	388 466,20
Diferimentos	13.5	35,67	304,13
Caixa e depósitos bancários	4	94 075,50	412,39
		476 965,86	389 182,72
Total do ativo		483 197,76	394 787,93
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	10.1	2 500,00	2 500,00
Resultados transitados	10.1	-56 871,80	-75 510,73
		-54 371,80	-73 010,73
Resultado líquido do período	10.1	-12 302,23	18 638,93
Total do Fundo Patrimonial		-66 674,03	-54 371,80
Passivo			
Passivo não corrente			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/me	13.1	25 389,17	25 389,17
		25 389,17	25 389,17
Passivo corrente			
Fornecedores	13.1	1 348,03	377,13
Estado e outros entes públicos	13.2	7 222,51	9 513,83
Diferimentos	13.5	466 380,10	369 363,75
Outros passivos correntes	13.1; 13.3; 13.4	49 531,98	44 515,85
		524 482,62	423 770,56
Total do passivo		549 871,79	449 159,73
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		483 197,76	394 787,93

A Entidade

O Contabilista Certificado

Ass. Cristina Gonçalves
Ass. João de Carvalho
Ass. Manuel Duarte
Ass. Carlos Silva
Ass. Alexandre Silva

Luís Leite
CC n.º 39242

Análise de Gastos e Rendimentos

Descrição	Contas de Gerência		Varição
Gastos	2023 (A)	2022 (B)	A - B
61. CMVMC			
Total 61			
62. Fornecimentos e serviços externos			
- Trabalhos especializados	3 943,49	3 071,36	872,13
- Publicidade e propaganda	193,47		193,47
- Vigilância e segurança	365,29	18,45	346,84
- Honorários	2 564,63	3 923,78	-1 359,15
- Cons. reparação (edif., equip. e viaturas)		139,24	-139,24
- Serviços bancários	100,12	333,91	-233,79
- Ferramentas e utensílios	63,60	31,43	32,17
- Material de escritório	959,94	88,38	871,56
- Eletricidade	705,83	666,89	38,94
- Combustíveis (gasolina, gasóleo, gás)	63,90		63,90
- Água	383,04	330,39	52,65
- Rendas e alugueres	8 400,00	6 200,00	2 200,00
- Comunicação	3 199,02	2 414,84	784,18
- Seguros	14,49	19,77	-5,28
- Contencioso e notariado	416,35	25,00	391,35
- Limpeza, higiene e conforto	641,81	601,29	40,52
Total 62	22 014,98	17 864,73	4 150,25
63. Gastos com o pessoal			
- Remunerações	331 883,58	309 971,51	21 912,07
- Encargos com segurança social	66 429,88	62 554,47	3 875,41
- Seguros de acidentes no trabalho	3 343,53	3 970,22	-626,69
- Outros gastos com pessoal	7 710,18	442,60	7 267,58
Total 63	409 367,17	376 938,80	32 428,37
64. Gastos de depreciação e de amortização	136,60	227,91	-91,31
65. Perdas por imparidade			
66. Perdas por redução de justo valor		457,42	-457,42
67. Provisões do período			
68. Outros gastos e perdas			
- Impostos e taxas	110,03		110,03
- Correções rel. períodos anteriores	567,07	58,57	508,50
- Multas	0,40	197,56	-197,16
- Outros não especificados		0,01	-0,01
Total 68	677,50	256,14	421,36
69. Gastos e perdas de financiamento	1 472,61	192,13	1 280,48
Total Gastos	433 668,86	395 937,13	37 731,73

A Entidade

O Contabilista Certificado

Luis Leite
CC nº 39242

Sra. Cristina Gonçalves Lúcio
 Andreia Sofia do Carmo da Nave
 Vitor Manuel Pinto Almeida
 Paulo Miguel Gomes Silva da Silva
 Paulo Alexandre Urban Gato da Silva

Análise de Gastos e Rendimentos

Descrição	Contas de Gerência		Variação
	2023 (A)	2022 (B)	
Rendimentos			A - B
71. Vendas			
72. Prestação de serviços			
- Quotizações e jóias	345,00	545,05	-200,05
Total 72	345,00	545,05	-200,05
73. Variação de Produção			
74. Trabalhos p/ própria empresa			
75. Subsídios à exploração			
- POISE-03-4538-FSE-000468	94 996,83	408 059,47	-313 062,64
- Participação Financeira ISS, I.P.	321 725,54		321 725,54
Total 75	416 722,37	408 059,47	8 662,90
76/7. Reversões/ganhos aumento justo valor	603,34		603,34
78. Outros rendimentos e ganhos			
- Benefícios pen. contratuais	1 546,67	1 800,00	-253,33
- Donativos	1 726,70	3 966,05	-2 239,35
- Correções rel. períodos anteriores	420,17	200,27	219,90
- Outros não especificados	2,38	5,22	-2,84
Total 78	3 695,92	5 971,54	-2 275,62
79. Juros, dividendos o. rendimentos simil.			
Total Rendimentos	421 366,63	414 576,06	6 790,57

Resultado (Rendimentos-Gastos)	-12 302,23	18 638,93	-30 941,16
--	-------------------	------------------	-------------------

Variação de Utentes			
Respostas Sociais	2023	2022	
Infância e Juventude			
Creche			
ATL			
Terceira Idade			
ERPI moradias			
ERPI quartos			
Centro de Dia			
Apoio Domiciliário			
Apoio Domiciliário Integrado			

Variação do Pessoal	
Anos	Funcionários
2023	23
2022	25

Investimentos	
Edifícios	
Equipamento Básico	
Equipamento Administrativo	
Equipamento Transporte	
AFT em curso	
Total	

A Entidade

Cristina Gonçalves Leão
André Afonso de Carvalho Nunes
Valter Manuel Soares, Sérgio Pereira
Paulo Miguel Gomes Leão de Sá
Paulo Alexandre Vilas Coues Falcão R3

O Contabilista Certificado

Luis Leite
CC nº 39242

Moeda: EUR

Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 31-12-2023

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	8	345,00	545,05
Subsídios, doações e legados à exploração	9	416 722,37	408 059,47
Fornecimentos e serviços externos	13.6	-22 014,98	-17 864,73
Gastos com o pessoal	11	-409 367,17	-376 938,80
Aumentos/reduções de justo valor	7.2	603,34	-457,42
Outros rendimentos	13.9	3 695,92	5 971,54
Outros gastos	13.7	-677,50	-256,14
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-10 693,02	19 058,97
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-136,60	-227,91
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-10 829,62	18 831,06
Juros e gastos similares suportados	13.8	-1 472,61	-192,13
Resultado antes de impostos		-12 302,23	18 638,93
Resultado líquido do período		-12 302,23	18 638,93

A Entidade

Isabel Cristina Gonçalves Lúcio
 André Sofia de Carvalho Naveas
 Vitor Manuel Matos Almeida Figueira
 Paulo Filipe Gomes Salgado do Smith
 Paulo Alexandre Ribeiro Gomes da Silva

O Contabilista Certificado


Luís Leite
 CC n.º 39242

Moeda: EUR

Demonstração individual de fluxos de caixa período findo em 31 de dezembro de 2023

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes e utentes		465,00	3 027,00
Recebimentos de subvenções			
Pagamentos a fornecedores		-25 308,98	-57 557,13
Pagamentos ao pessoal		-394 932,04	-350 291,79
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		-419 776,02	-404 821,92
Outros recebimentos/pagamentos		-16,96	
<i>Fluxos das atividades operacionais (1)</i>		-419 792,98	-404 821,92
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Fluxos das atividades de investimento (2)</i>			
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		128 207,17	161 207,94
Subsídios e doações		520 928,70	376 470,78
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-135 679,78	-155 528,08
Juros e gastos similares			-48,67
<i>Fluxos de atividades de financiamento (3)</i>		513 456,09	382 101,97
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		93 663,11	-22 719,95
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		412,39	23 132,34
Caixa e seus equivalentes no fim do período		94 075,50	412,39

A Entidade

O Contabilista Certificado

Ass. Cristina Gonçalves Lúcio
André J. de Carvalho
Vicente António de Jesus
Paulo Henrique Gomes de Jesus
João Alexandre Mendes Costa

Luis Leite
C C n.º 39242

ANEXO
(Exercício de 2023)

1 - Identificação da entidade

1.1 — Designação da Entidade

Coopcuidar – Cooperativa para o desenvolvimento e apoio bio-psico-social do portador de deficiência, CRL
NIPC: 513580778

1.2 — Sede

Rua do Cruzeiro de Ponte, n.º 62, Ponte
5000-355 Vila Real

1.3 — Natureza da Atividade

Atividades de Apoio Social para Pessoas com Deficiência sem Alojamento e Atividades em Estabelecimentos para Pessoas com Doença Foro Mental.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada sob o Aviso n.º 8259/2015. Por seu turno, esta Norma decorre do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho. No Anexo daquele Decreto, alterado por este último, refere-se que o Sistema de Normalização é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;

- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, sendo que, para o caso das Entidades do Setor Não Lucrativo, está contemplada uma Norma específica – Aviso nº 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI).

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

3 – Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 – Principais políticas contabilísticas

3.1.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

3.1.1.1 – Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.1.2 – Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a

estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.1.3 – Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

3.1.1.4 – Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores da informação com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.1.5 – Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.1.6 – Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior, respeitando o princípio da continuidade da entidade. As políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alteração das

políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.1.2 – Outras políticas contabilísticas (mensuração e reconhecimento)

3.1.2.1 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado das revalorizações efetuadas até aquela data foram creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos fundos patrimoniais da entidade

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Sendo que algumas classes de ativos fixos tangíveis estão mensuradas ao modelo de custo.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Equipamento administrativo	5

Os terrenos não são depreciados.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.1.2.2 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. Os ativos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em estado de uso, pelo método de linha reta, numa base de duodécimos, durante um período de 3 anos para os programas de computador e 3 anos para os projetos de desenvolvimento.

3.1.2.3 – Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros existentes no Balanço são outros investimentos financeiros que não correspondem a participações no capital de outras empresas, dizem respeito ao Fundo de Compensação de Trabalho e Fundos de Reestruturação do Setor Social.

3.1.2.4 – Imparidade de ativos

À data do balanço a entidade avalia se há algum indício de que o ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida como rendimento na demonstração dos resultados e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.1.2.5 – Inventários

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo: estes inventários encontram-se valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido.

O custo destes inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que as prestações de serviços são reconhecidas.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the word "Público" and some illegible scribbles.

3.1.2.6 – Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.

3.1.2.7 – Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado não terem implícitos juros. São apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

ii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.

v) Outros instrumentos financeiros

Os “outros instrumentos financeiros” evidenciados no balanço correspondem todos os instrumentos financeiros que não sejam caixa ou depósitos bancários e são mensurados ao justo valor, cujas alterações estão reconhecidas na demonstração de resultados.

3.1.2.8 – Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

3.1.2.9 – Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo.

3.1.2.10 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos como componente dos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados como rendimentos do exercício na proporção das

[Handwritten signature and initials]

depreciações efetuadas em cada período e/ou durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios que se destinam à exploração são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “subsídios, doações e legados à exploração” da demonstração dos resultados a que respeitam, independentemente da data do seu recebimento.

3.1.2.11 – Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável bem como as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados conforme o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.1.2.12 – Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a

Handwritten signatures and initials in blue ink.

data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.1.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro

A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano 2024.

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas

Durante o exercício de 2023 não ocorreram alterações das políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período comparativo.

3.3 – Alterações nas estimativas contabilísticas

Não existiram alterações nas estimativas com efeitos em períodos futuros.

4 - Fluxos de caixa

Ver alíneas iv) e v) do ponto 3.1.2.7 da nota 3 deste anexo

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios financeiros líquidos	2023	2022
Caixa	112,65	3,76
Depósitos à ordem	93 962,85	408,63
Total	94 075,50	412,39

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

5 - Ativos fixos tangíveis

Ver ponto 3.1.2.1 na nota 3 deste anexo

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas (agregada com perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos fixos tangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2021	Adições	Alienações /abates	2022	Adições	Alienações /abates	2023
Equipamento administrativo	4 093,96			4 093,96			4 093,96
Sub-total	4 093,96			4 093,96			4 093,96
Depreciações e perdas por imparidade	2021	Adições	Alienações /abates	2022	Adições	Alienações /abates	2023
Equipamento administrativo	3 773,36	184,00		3 957,36	136,60		4 093,96
Sub-total	3 773,36	184,00		3 957,36	136,60		4 093,96
Quantias líquidas escrituradas	320,60	-184,00		136,60	-136,60		

6 - Ativos intangíveis

Ver ponto 3.1.2.2 na nota 3 deste anexo

A quantia bruta escriturada, as amortizações acumuladas (agregada com as perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos intangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2021	Adições	Alienações /abates	2022	Adições	Alienações /abates	2023
Programas de computador	1 482,00			1 482,00			1 482,00
Sub-total	1 482,00			1 482,00			1 482,00
Amortizações e perdas por imparidade	2021	Adições	Alienações /abates	2022	Adições	Alienações /abates	2023
Programas de computador	1 438,09	43,91		1 482,00			1 482,00
Sub-total	1 438,09	43,91		1 482,00			1 482,00
Quantias líquidas escrituradas	43,91	-43,91					



7 – Investimentos financeiros

Ver ponto 3.1.2.3 na nota 3 deste anexo

7.1

Entidades	2021	Aumentos	Diminuições	2022	Aumentos	Diminuições	2023
Fundo compensação trabalho	4 187,11	2 224,35	942,85	5 468,61	1 172,73	409,44	6 231,90
Total	4 187,11	2 224,35	942,85	5 468,61	1 172,73	409,44	6 231,90

7.2 As demonstrações financeiras devem divulgar e refletir quaisquer aumentos/reduções de justo valor.

Entidades	2023		2022	
	Aumentos	Diminuições	Aumentos	Diminuições
Fundo compensação trabalho	603,34			457,42
Total	603,34			457,42
Aumentos/reduções de justo valor	603,34		-457,42	

8 – Rédito

Ver ponto 3.1.2.9 na nota 3 deste anexo

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Réditos reconhecidas no período	2023	2022
Prestação de serviços	345,00	545,05
Total	345,00	545,05

9 – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo

Ver ponto 3.1.2.10 na nota 3 deste anexo

9.1 — Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios que se destinam à exploração encontram-se apresentados na demonstração de resultados como rendimento do período.

Entidades	2023	2022
POISE-03-4538-FSE-000468	94 996,83	408 059,47
Comparticipação Financeira ISS, I.P.	321 725,54	
Total	416 722,37	408 059,47

Handwritten signatures and initials in blue ink.

10 - Instrumentos financeiros

10.1 – Fundos patrimoniais

Rubricas dos fundos patrimoniais	2021	Aumentos	Reduções	2022	Aumentos	Reduções	2023
Fundos líquidos	2 500,00			2 500,00			2 500,00
Resultados transitados	-70 816,93		-4 693,80	-75 510,73	18 638,93		-56 871,80
Resultado líquido	-4 693,80	4 693,80	18 638,93	18 638,93	-12 302,23	-18 638,93	-12 302,23
Total	-73 010,73	4 693,80	13 945,13	-54 371,80	6 336,70	-18 638,93	-66 674,03

11 - Benefícios dos funcionários

Ver ponto 3.1.2.11 na nota 3 deste anexo

11.1 — Número médio de empregados:

O número médio de funcionários em 2023 foi de 23.

Gastos com pessoal	2023	2022
Funcionários:	398 313,46	372 525,98
Remunerações	331 883,58	309 971,51
Encargos Seg. Social	66 429,88	62 554,47
Seguros	3 343,53	3 970,22
Outros	7 710,18	442,60
Total	409 367,17	376 938,80

11.2 — Remunerações dos órgãos sociais.

Os elementos que incorporam a direção não são remunerados a título de vencimento pelos serviços prestados.

12 - Divulgações exigidas por diplomas legais

12.1 – Dando cumprimento ao estipulado no art.º 210.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12.2 – A Direção informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em mora.

12.3 – A 31 de dezembro de 2023 não existiam salários em dívida aos funcionários.

[Handwritten signatures and initials]

13 - Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 – Clientes, fornecedores e sócios

Ver alínea i) e iii) do ponto 3.1.2.7 na nota 3 deste anexo

	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida
Ativos	2023			2022		
Outros créditos a receber	382 854,69		382 854,69	388 466,20		388 466,20
Total	382 854,69		382 854,69	388 466,20		388 466,20
Passivos	2023			2022		
Fornecedores	1 348,03		1 348,03	377,13		377,13
Acionistas/sócios	25 389,17		25 389,17	25 389,17		25 389,17
Outras dívidas a pagar	49 531,98		49 531,98	44 515,85		44 515,85
Total	76 269,18		76 269,18	70 282,15		70 282,15

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço a rubrica “Clientes/Utentes” no balanço passou a designar-se “Créditos a Receber”.

13.2 – Estado e outros entes públicos

Estado e outros entes públicos	2023	2022
Ativo		
Total		
Passivo		
EOEP - Imposto s/ rendimento	898,41	2 007,00
EOEP - Segurança Social	6 324,10	7 279,56
EOEP - Outros		227,27
Total	7 222,51	9 513,83

[Handwritten signatures and initials]

13.3 – Outros ativos/passivos correntes

Outras contas a receber/pagar	2023	2022
Ativo - outros créditos a receber		
POISE-03-4538-FSE-000468	266 563,49	387 338,67
Saldo devedor fornecedores		98,40
Maria Otília Vilela (valor da caução)	700,00	700,00
Instituto Segurança Social	115 591,20	
Outros		329,13
Total	382 854,69	388 466,20
Passivo - outros passivos correntes		
Credores por acréscimos de gastos	49 531,98	35 416,68
Pessoal		3 099,17
Isabel Cristina Gonçalves Lúcio		6 000,00
Total	49 531,98	44 515,85

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço.

13.4 – Devedores e credores por acréscimos.

Acréscimos	2023	2022
Ativo - acréscimos de rendimentos		
Subsídios à exploração POISE	266 563,49	387 338,67
Total	266 563,49	387 338,67
Passivo - acréscimos de gastos		
Férias e sub. férias a liquidar	49 164,98	35 416,68
Elettricidade, água, comunicação a liquidar	367,00	
Total	49 531,98	35 416,68

Handwritten signature and initials

13.5 – Diferimentos

Diferimentos	2023	2022
Ativo - Gastos a reconhecer		
Seguros		302,79
Trabalhos especializados	35,67	1,34
Total	35,67	304,13
Passivo - Rendimentos a reconhecer		
Subsídios à exploração POISE	274 366,92	369 363,75
Comparticipação Financeira ISS, I.P.	192 013,18	
Total	466 380,10	369 363,75

13.6 – Fornecimentos e serviços externos

FSE	2023	2022
Trabalhos especializados	3 943,49	3 071,36
Publicidade e propaganda	193,47	
Vigilância e segurança	365,29	18,45
Honorários	2 564,63	3 923,78
Conservação e reparação-edifícios o. const.		139,24
Serviços bancários	100,12	333,91
Ferramentas e utensílios	63,60	31,43
Material de escritório	959,94	88,38
Eletricidade	705,83	666,89
Combustíveis	63,90	
Água	383,04	330,39
Rendas e alugueres	8 400,00	6 200,00
Comunicação	3 199,02	2 414,84
Seguros	14,49	19,77
Contencioso e notariado	416,35	25,00
Limpeza, higiene e conforto	641,81	601,29
Total	22 014,98	17 864,73

Handwritten signatures and initials in blue ink.

13.7 – Outros gastos

Outros Gastos	2023	2022
Taxas	110,03	
Descontos pp concedidos		0,01
Correções de períodos anteriores	567,07	58,57
Multas e penalidades	0,40	197,56
Total	677,50	256,14

13.8 – Gastos e perdas de financiamento

Ver ponto 3.1.2.6 na nota 3 deste anexo

Gastos e perdas de financiamento	2023	2022
Juros suportados		48,67
Despesas bancárias e comissões	1 472,61	143,46
Total	1 472,61	192,13

13.9 – Outros rendimentos

Outros rendimentos	2023	2022
Correções de períodos anteriores	420,17	200,27
Benefícios de penalidades contratuais	1 546,67	1 800,00
Donativos	1 726,70	3 966,05
Outros	2,38	5,22
Total	3 695,92	5 971,54

13.10 – Proposta de aplicação de resultados

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2023 será proposta a transferência do resultado líquido negativo de 12.302,23€ para Resultados Transitados.

13.11 – Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2023

RELATÓRIO DE GESTÃO

(Exercício de 2023)

Senhores Sócios

Dando cumprimento ao preceituado nos artigos n.ºs 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório de Gestão da entidade:

Coopcuidar – Cooperativa para o desenvolvimento e apoio bio-psico-social do portador de deficiência, CRL, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

1 – APRECIÇÃO GLOBAL DA GESTÃO

Neste exercício de 2023, a entidade obteve um Resultado Líquido do Exercício negativo de 12.302,23€.

2 – EVOLUÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

(Análise prestações de serviços relativamente ao exercício anterior e das suas variações em valor e percentagem).

Evolução das prestações de serviços

	2023	2022	Incremento no V. Negócios	
			Valor	%
Prestação de serviços	345,00	545,05	-200,05	-36,70%

3 – EVOLUÇÃO DOS GASTOS

(Análise das principais rubricas de gastos também relativamente ao período anterior e suas variações, nomeadamente os seguintes: fornecimentos e serviços externos; gastos com o pessoal; depreciações e amortizações e gastos e perdas financeiras).

[Handwritten signatures and initials]

Quadro da Evolução dos Gastos

	2023	2022	Incremento	
			Valor	%
FSE	22 014,98	17 864,73	4 150,25	23,23%
Trabalhos especializados	3 943,49	3 071,36	872,13	28,40%
Publicidade e propaganda	193,47		193,47	
Honorários	2 564,63	3 923,78	-1 359,15	-34,64%
Conservação e reparação		139,24	-139,24	-100,00%
Ferramentas e utensílios	63,60	31,43	32,17	102,35%
Eletricidade	705,83	666,89	38,94	5,84%
Combustíveis	63,90		63,90	
Comunicação	3 199,02	2 414,84	784,18	32,47%
Outros	11 281,04	7 617,19	3 663,85	48,10%
Gastos com pessoal	409 367,17	376 938,80	32 428,37	8,60%
Aumentos/reduções de justo valor		457,42	-457,42	-100,00%
Depreciações e amortizações	136,60	227,91	-91,31	-40,06%
Outros gastos e perdas	677,50	256,14	421,36	164,50%
Juros		48,67	-48,67	-100,00%
Outros gastos e perdas financiamento	1 472,61	143,46	1 329,15	926,50%
Total dos gastos e perdas financ.	1 472,61	192,13	1 280,48	666,47%
Total dos gastos e perdas	433 668,86	395 937,13	37 731,73	9,53%

4 – EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

(Análise das principais rubricas de rendimento, também relativamente ao período anterior e suas variações)

Dentro das rubricas de rendimentos destacam-se os Subsídios à Exploração que ascenderam em 2023 a 416.722,37€ (408.059,47€ em 2022).

Quadro da Evolução dos Rendimentos

	2023	2022	Incremento	
			Valor	%
Prestação de serviços	345,00	545,05	-200,05	-36,70%
Subsídios à exploração	416 722,37	408 059,47	8 662,90	2,12%
Ganhos por aumentos de justo valor	603,34		603,34	
Outros rendimentos	3 695,92	5 971,54	-2 275,62	-38,11%
Total dos rendimentos	421 366,63	414 576,06	6 790,57	1,64%

Handwritten signature and initials in blue ink.

5 – INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO

(Divulgação dos principais investimentos efetuados.)

Quadro Valores de Ativos Fixos Tangíveis

	2023	2022	Incremento	
			Valor	%
Equipamento administrativo	4 093,96	4 093,96		
Total	4 093,96	4 093,96		

6 – TERCEIROS

O valor de 382.854,69€ (388.466,20€ em 2022) existente na rubrica Dívidas de Terceiros é referente a dividas de outros credores diversos que ainda não foram regularizadas (POISE e Instituto da Segurança Social).

O valor de 83.491,69€ (79.795,98€ em 2022) existente na rubrica Dívidas a Terceiros é referente a dividas, a sócios, a fornecedores, ao Estado e a outros credores diversos que ainda não foram regularizadas.

7 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não se considera terem existido, após o termo do exercício e até à presente data, factos relevantes a assinalar, que exigissem ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras.

8 – PRINCIPAIS RISCOS

A atividade da Entidade comporta em si uma variedade de riscos aos quais está exposta, designadamente, risco de liquidez e risco jurídico.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez traduz a capacidade da entidade fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em atenção os recursos disponíveis. Esta Entidade procura garantir que a estrutura de financiamento é adequada à natureza das suas obrigações.



- Riscos jurídicos

A Entidade está sujeita a leis e regulamentos nacionais. A gestão dos riscos jurídicos é efetuada pela Direção em conjunto com assessoria jurídica externa, por forma a assegurar a proteção dos interesses da Entidade no respeito pelo cumprimento dos seus deveres legais.

9 – DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos termos legais, informamos neste relatório de gestão que a entidade não se encontra em mora por quaisquer dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos, nomeadamente à Administração Fiscal e à Segurança Social.

10 – AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A ENTIDADE E OS SEUS DIRETORES

Não foram concedidas quaisquer autorizações, nos termos art.º 397.º do CSC, pelo que nada há a indicar para efeitos da alínea e) n.º 5.º do art.º 66.º do CSC.

11 – EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ENTIDADE

Não existem situações previsíveis de colocar em causa a continuidade da Entidade, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023.

12 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2023 será proposta a transferência do resultado líquido negativo de 12.302,23€ para Resultados Transitados.

13 – AGRADECIMENTOS

Aos nossos clientes e utentes, às instituições de crédito e aos nossos fornecedores expressamos o nosso agradecimento pela colaboração e confiança que sempre nos prestaram.

Aos nossos colaboradores agradecemos o empenho e a dedicação que sempre manifestaram.

Vila Real, 14 de março de 2024

A Entidade

Isabel Cristina Gonçalves Leão
Júlio José de Carvalho Branco
Vitor Manuel Silva
Paulo Miguel Gomes Silva
Paulo Alexandre Mendes e Silva

O Contabilista Certificado **Luís Fernando de Carvalho Leite**, CC nº 39242, no âmbito das suas funções, vem por este meio solicitar ao órgão de gestão da entidade **Coopcuidar - Cooperativa Des. Ap. Port. Def., CRL** informações para o cumprimento declarativo na IES (Informação Empresarial Simplificada), que a seguir se detalha:

1. Quadro 11 da folha de rosto da IES – Confirmação anual do beneficiário efetivo

Pretende optar por efetuar a confirmação anual do beneficiário através da IES ou pretende efetuar essa confirmação diretamente no registo central do beneficiário efetivo? Sim

Optando por efetuar a referida confirmação anual através da IES, indique, com referência ao último dia do ano civil do exercício findo a que respeita esta declaração.

Se confirma a informação constante do RCBE, ou seja, se a mesma se encontra exata, suficiente e atual. Sim

Atesta-se, ainda, que a informação indicada corresponde à verdade,

. 31 de Dezembro de 2023

A Entidade

Esse Cristina Gonçalves Leão
Luís João de Anville Naveiro
Vitor Manuel Duarte Pereira
Paulo Miguel Gomes Silva de Freitas
Paulo Alexandre Vilas Boas Falcão R'g

DECLARAÇÃO

Declara-se para os devidos efeitos e para depósito de contas do ano de 2023, que a esta entidade não lhe é exigida a designação de revisor de oficial de contas para proceder à Revisão Legal já que não ultrapassou dois dos três limites referidos nas alíneas a), b) e c) do art.º 262º do C.S. Comerciais.

A Entidade

Assel Cristina Gonçalves Leão
Teresa pp. de Carvalho Rangel
Mário Manuel Paulo Almeida Pereira
Paulo Hilgert Gomes Silva do Lout
Paulo Alexandre Nunes Costa Falcão Rios